



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

meioambiente@pontalina.go.gov.br



a.i.1. LEIS DA AQUICULTURA

2. Lei Estadual (SP) nº 11.165, de 27 de junho de 2002 - (Código de Aquicultura e Pesca do Estado de São Paulo);
3. Resolução CEIVAP nº 08, de 06 de dezembro de 2001 - (Estabelece a outorga e a cobrança da água na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul);
4. Instrução Normativa Interministerial nº 9, de 11 de abril de 2001 - (Regulamenta o Decreto nº 2.869 de 09 de dezembro de 1998);
5. Instrução Normativa nº 05, de 18 Janeiro 2001 - (Regulamenta a autorização, permissão ou registro de atividades pesqueiras, incluída a aquicultura);
6. Lei 9.984, de 17 de julho de 2000 - (Cria a Agência Nacional de Águas - ANA, para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos);
7. Medida Provisória nº 1.999-17, de 11 de abril de 2000 - (Dispõe sobre a organização da presidência e dos ministérios, e dá outras providências);
8. Decreto nº 2.869, de 09 de dezembro de 1998 - (Regulamenta a cessão de águas públicas para exploração da aquicultura, e dá outras providências);
9. Portaria nº 145/98, de 29 de outubro de 1998 - Estabelece normas para a introdução, reintrodução e transferência de peixes, crustáceos, moluscos, e macrófitas aquáticas para fins de aquicultura, excluindo-se as espécies animais ornamentais);
10. Portaria IBAMA nº 136, de 14 de outubro de 1998 - (Estabelecer normas para registro de Aquicultor e Pesque-pague no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis);
11. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente);
12. Decreto nº 2.612, de 03 de junho de 1998 - (Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos);
13. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 - (Estabelece revisão de procedimentos e critérios utilizados em licenciamento ambiental);
14. Portaria IBAMA nº 113, de 25 de novembro de 1997 - (Institui Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais);
15. Portaria nº 451, de 19 de setembro de 1997 - Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária/MS);
16. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 - (Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos);
17. Portaria IBAMA nº 1.747, de 22 de outubro de 1996 - (Delega competência aos superintendentes estaduais do IBAMA para o estabelecimento de portarias normativas sobre coleta de sementes de moluscos bivalves em ambientes naturais);

18. Decreto Federal nº 1.842, de 22 de março de 1996 - Cria a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul);
19. Portaria DPC/MM nº 52, de 30 de outubro de 1995 - (Aprova normas para emissão de pareceres relativos à concessão de terrenos da União);
20. Portaria IBAMA nº 142, de 22 de dezembro de 1994 - (Proíbe a introdução, a transferência, o cultivo e a comercialização de formas vivas de espécies de peixes, nas bacias dos rios Amazonas e Paraguai);
21. Portaria IBAMA nº 091, de 03 de julho de 1993 - (Cria a Comissão de Licenciamento Ambiental para os projetos de salmonicultura na Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira);
22. Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991 - (Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos);
23. Resolução CONAMA nº 013, de 06 de dezembro de 1990 - (Estabelece normas proteção dos ecossistemas contíguos às Unidades de Conservação);
24. Lei n.o 7.661, de 16 de maio de 1988 - (Estabelece o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro);
25. Lei n.o 7.679, de 23 de novembro de 1988 - (Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução, e dá outras providências);
26. Resolução CONAMA nº 020, de 18 de junho de 1986 - (Estabelece classificação das águas doces, salobras e salinas);
27. Resolução CONAMA nº 011, de 18 de março de 1986 - (Altera artigo da Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986);
28. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 - (Estabelece diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental);
29. Resolução CONAMA nº 004, de 18 de setembro de 1985 - (Estabelece normas de proteção à fauna aquática, para empresas construtoras de barragens em todo território nacional);
30. Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981 - (Política Nacional do Meio Ambiente);
31. Portaria SUDEPE nº 001, de 04 de janeiro de 1977 - (As barragens que implicarem na alteração de cursos d'água serão construídas com a observância das medidas de proteção à fauna indicadas pela SUDEPE);
32. Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 -(Código de Pesca); Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - (Código Florestal);
33. Decreto nº 55.871, de 26 de março de 1965 - (Determina limites máximos de tolerância para contaminantes inorgânicos em alimentos);
34. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 - (Código de Águas).